

Dívida ativa no Brasil – um mapeamento sistemático

RESUMO ESTRUTURADO

Introdução/Problematização: Dívida ativa é o termo utilizado para se referir aos débitos que uma pessoa física ou jurídica possui com entidades públicas. Essas dívidas podem ser de natureza tributária, como impostos, taxas e contribuições, ou de outra natureza, como multas e penalidades aplicadas pelos órgãos e entidades governamentais. São recursos financeiros devidos ao Estado, ou seja, valores que deveriam ter sido pagos para a realização de serviços públicos e para o funcionamento do governo, e isso impacta negativamente nas finanças públicas e na prestação de serviços essenciais à população.

Objetivo/proposta: O objetivo do estudo é apresentar a produção científica sobre o tema dívida ativa por meio de um mapeamento sistemático de literatura, com base em artigos publicados entre 2013 e 2023 nas bases de dados Capes, Web of Science, Scielo e Scopus.

Procedimentos Metodológicos (caso aplicável): Trata-se de uma análise bibliográfica com método de pesquisa bibliométrico.

Principais Resultados: Como resultado da etapa de busca com aplicação dos critérios de inclusão e exclusão foram obtidos 12 artigos para compor o escopo final da pesquisa. Observou-se uma escassa produção científica sobre o tema no período pesquisado, onde 2018 foi o ano que mais teve publicações, com 3 artigos. A esfera mais abordada pelas produções foi a União e a maioria dos artigos tratou conjuntamente administração direta e indireta e, também, abordou as dívidas ativas tributária e não tributária concomitantemente.

Considerações Finais/Conclusão: Há uma produção científica escassa sobre o tema dentro do período recortado.

Contribuições do Trabalho: Diante dos resultados encontrados foi possível constatar que quase não há produção científica sobre o tema dívida ativa e evidencia-se a necessidade de realizá-la.

Palavras-Chave: dívida ativa; setor público

DÍVIDA ATIVA NO BRASIL – UM MAPEAMENTO SISTEMÁTICO

Nathália Ingrid Carvalho Silva¹
Jorge da Silva Correia Neto²

RESUMO

Dívida ativa é o termo utilizado para se referir aos débitos que uma pessoa física ou jurídica possui com entidades públicas, como governos municipais, estaduais ou federal. Essas dívidas podem ser de natureza tributária, como impostos, taxas e contribuições, ou de outra natureza, como multas e penalidades aplicadas pelos órgãos e entidades governamentais. São recursos financeiros devidos ao Estado, ou seja, valores que deveriam ter sido pagos para a realização de serviços públicos e para o funcionamento do governo, e isso impacta negativamente nas finanças públicas e na prestação de serviços essenciais à população. O objetivo deste estudo é apresentar a produção científica sobre o tema dívida ativa por meio de um mapeamento sistemático de literatura, com base em artigos publicados entre 2013 e 2023 nas bases de dados Capes, Web of Science, Scielo e Scopus. Como resultado da etapa de busca com aplicação dos critérios de inclusão e exclusão foram obtidos 12 artigos para compor o escopo final da pesquisa. Observou-se uma escassa produção científica sobre o tema no período pesquisado, onde 2018 foi o ano que mais teve publicações, com 3 artigos. A esfera mais abordada pelas produções foi a União e a maioria dos artigos tratou conjuntamente administração direta e indireta e, também, abordou as dívidas ativas tributária e não tributária concomitantemente.

Palavras-chave: dívida ativa, setor público.

ABSTRACT

Active debt is the term used to refer to debts that an individual or legal entity has with public entities, such as municipal, state or federal governments. These debts may be of a tax nature, such as taxes, fees and contributions, or of another nature, such as fines and penalties imposed by government agencies and entities. They are active debt, i. e., financial resources that are owed to the State, that is, amounts that should have been paid for the performance of public services and for the functioning of the government. When debtors do not fulfill their obligations, there is a decrease in revenue collection, which can negatively impact public finances and make it difficult to provide essential services to the population. The objective of this study is to present the scientific production about active debt through a systematic literature mapping, based on articles published between 2013 and 2023 in the Capes, Web of Science, Scielo e Scopus databases. The study is characterized as a bibliometric analysis with a descriptive qualitative and quantitative focus. As a result of the search stage with application of inclusion and exclusion criteria, 12 articles were obtained to compose the final scope of the research. There was a scarce scientific production on the subject in the research period, where 2018 was the year with the most publications, with 3 articles. The sphere most addressed by the productions was the Union and most articles dealt with direct and indirect administration together and also addressed active tax and non-tax debts concomitantly.

Keywords: active debt, public sector.

¹ Mestranda do Programa de Mestrado Profissional em Administração Pública (PROFIAP) da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE). E-mail: similia@gmail.com

² Doutor em Administração (UFPE). Professor adjunto da Universidade Federal Rural de Pernambuco atuando no Programa de Mestrado Profissional em Administração Pública (PROFIAP) da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE). E-mail: jorge.correianeto@ufrpe.br

1. Introdução

A dívida ativa, representando débitos de natureza tributária e não tributária, desempenha um papel crucial no contexto financeiro dos governos e na sustentabilidade das atividades estatais. Queiroz (2020) argumenta que no Brasil a baixa eficiência da recuperação de recebíveis oriunda da dívida ativa faz com que os créditos tributários percam a sua função social de atender ao interesse público. Ademais, Almeida dos Santos, Lima e Driemeyer Wilbert (2022) afirmam que é baixa a capacidade de recuperação dos recebíveis oriundos da dívida ativa previdenciária brasileira, evidenciando a natureza contingente desses valores. Assim, a efetiva cobrança desses débitos é fundamental para a manutenção do equilíbrio fiscal e para o funcionamento adequado dos serviços públicos. Diante dessa relevância, um levantamento da produção científica relacionada à dívida ativa torna-se essencial para uma abordagem embasada e direcionada nessa área.

Observou-se como a comunidade científica vem estudando a dívida ativa nos últimos 10 anos, abrangendo diferentes perspectivas, como as questões jurídicas, econômicas, sociais e administrativas relacionadas a essa temática. No entanto, apesar da existência de estudos isolados, ainda carece de uma análise sistemática e abrangente que identifique as principais tendências, lacunas e áreas de pesquisa que têm sido exploradas.

Diante desse contexto, o presente artigo teve como objetivo realizar um mapeamento sistemático da produção científica sobre dívida ativa nos últimos 10 anos. Essa análise abrangente proporcionará uma visão panorâmica das pesquisas realizadas nessa área, incluindo a categorização dos temas abordados e as contribuições oferecidas para o entendimento e aprimoramento da gestão da dívida ativa.

A metodologia empregada baseia-se nos princípios do mapeamento sistemático, que envolve a identificação, seleção e análise de artigos científicos relevantes em um período específico. Serão utilizadas bases de dados acadêmicas reconhecidas Capes, Web of Science, Scielo e Scopus e critérios pré-estabelecidos para a seleção dos estudos.

Os resultados deste estudo fornecerão um panorama do estado atual da pesquisa científica sobre dívida ativa, identificando áreas de maior desenvolvimento, assim como lacunas de conhecimento a serem preenchidas. Além disso, espera-se que este mapeamento contribua para o estímulo de novas pesquisas e a criação de um corpo de conhecimento mais sólido e robusto no campo da gestão da dívida ativa.

Portanto, o presente estudo visa contribuir para a compreensão da dívida ativa sob uma perspectiva científica e promover discussões relevantes que possam influenciar políticas públicas, práticas administrativas e futuras investigações, visando aprimorar a efetividade da cobrança e o manejo adequado desse importante recurso financeiro para o Estado.

O trabalho está estruturado da seguinte forma: na introdução são apresentados os conceitos básicos pertinentes à importância do estudo da dívida ativa e do consequente mapeamento sistemático da literatura que trata sobre o tema. Ao que se segue a fundamentação teórica, em que são apresentados os conceitos norteadores sobre dívida ativa e seus tipos. Logo depois, é detalhado o método utilizado no levantamento dos dados, explicitando o caminho trilhado para definição dos critérios de seleção dos artigos. Posteriormente, é apresentada a análise bibliométrica, listados os resultados obtidos e descrevendo a categorização e o mapeamento da literatura, indicando as abordagens das pesquisas relativas ao tema e, por fim, são realizadas as considerações finais.

2. Fundamentação Teórica

Dívida ativa é o termo utilizado para se referir aos débitos que uma pessoa física ou jurídica possui com entidades públicas, como governos municipais, estaduais ou federal. Essas dívidas podem ser de natureza tributária, referentes a impostos, taxas e contribuições, ou de outra natureza, como multas e penalidades aplicadas pelos órgãos governamentais. Nas palavras de Kohama (2006, p. 84), “constituem dívida ativa a importância relativa a tributos, multas e créditos da Fazenda Pública, lançados, mas não recebidos no prazo do vencimento, a partir da data de sua inscrição”.

A adequação da expressão dívida ativa não é um consenso. De acordo com Giacomoni (2022), embora o termo utilizado para os créditos a receber inscritos pela fazenda pública seja “dívida ativa”, eles são, na realidade, resíduos ativos ou restos a receber. O autor acrescenta que a expressão, a rigor, inapropriada, teria sido, possivelmente, fruto da busca pelo paralelismo entre as expressões resíduo e dívida, de um lado, e ativo e passivo, de outro. Conclui, então, que “já que resíduo passivo e dívida passiva são sinônimos, resíduo ativo seria a mesma coisa que dívida ativa.” Entretanto, o mesmo autor afirma que a referida expressão é empregada tradicionalmente, constando da legislação brasileira desde, pelo menos, o início do século passado. Tal fato pode ser constatado por meio dos trechos das legislações colacionadas a seguir.

A Lei nº 4.320/64 (BRASIL, 1964), que institui normas gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal, traz em seu art. 39, § 1º que

Art. 39. Os créditos da Fazenda Pública, de natureza tributária ou não tributária, serão escriturados como receita do exercício em que forem arrecadados, nas respectivas rubricas orçamentárias.

§ 1º - Os créditos de que trata este artigo, exigíveis pelo transcurso do prazo para pagamento, serão inscritos, na forma da legislação própria, como Dívida Ativa, em registro próprio, após apurada a sua liquidez e certeza, e a respectiva receita será escriturada a esse título.

Já a Lei de Execuções Fiscais (LEF), Lei nº 6.830/80 (BRASIL, 1980), que dispõe sobre a cobrança judicial da Dívida Ativa da Fazenda Pública, em seu art. 2º, determina que

Art. 2º - Constitui Dívida Ativa da Fazenda Pública aquela definida como tributária ou não tributária na Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, com as alterações posteriores, que estatui normas gerais de direito financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.

O Código Tributário Nacional (CTN), Lei nº 5.172/66 (BRASIL, 1966), no art. 201, dispõe que

Art. 201. Constitui dívida ativa tributária a proveniente de crédito dessa natureza, regularmente inscrita na repartição administrativa competente, depois de esgotado o prazo fixado, para pagamento, pela lei ou por decisão final proferida em processo regular.

A classificação da dívida ativa em tributária ou não tributária decorre do tipo do crédito inicial que lhe deu origem.

A Lei nº 4.320/64 (BRASIL, 1964), em seu art. 39, § 2º esclarece que

§ 2º - Dívida Ativa Tributária é o crédito da Fazenda Pública dessa natureza, proveniente de obrigação legal relativa a tributos e respectivos adicionais e multas, e Dívida Ativa não Tributária são os demais créditos da Fazenda Pública, tais como os provenientes de empréstimos compulsórios, contribuições estabelecidas em lei, multa de qualquer origem ou natureza, exceto as tributárias, foros, laudêmios, alugueis ou taxas de ocupação, custas processuais, preços de serviços prestados por estabelecimentos públicos, indenizações, reposições, restituições, alcances dos responsáveis definitivamente julgados, bem assim os créditos decorrentes de

obrigações em moeda estrangeira, de subrogação de hipoteca, fiança, aval ou outra garantia, de contratos em geral ou de outras obrigações legais.

A LEF menciona a distinção no seu art. 2º, conforme visto acima, enquanto o CTN não menciona dívida ativa não tributária, tratando somente da tributária.

A doutrina também trata da mesma divisão. Giacomoni (2022) diferencia os tipos afirmando que dívida ativa tributária é aquela proveniente de obrigação legal relativa a tributos e respectivos adicionais e multas, enquanto a não tributária correspondem os demais créditos da Fazenda Pública, tais como os provenientes de, dentre vários outros, aluguéis ou taxas de ocupação.

Autores como Almeida dos Santos, Lima e Driemeyer Wilbert (2022), afirmando que “a dívida ativa cuja titularidade do crédito seja da Fazenda Pública Nacional pode ser de natureza tributária (aquela de obrigação legal relativa a tributos e respectivos adicionais e multas) ou não tributária (demais créditos da Fazenda Pública)”, Rossi e Santos (2016) e Severo e Lima (2016), recorrem as definições da Lei nº 4.320/64.

A importância da dívida ativa, seja ela tributária ou não tributária, está relacionada ao fato de que ela representa recursos financeiros que são devidos ao Estado, ou seja, valores que deveriam ter sido pagos para a realização de serviços públicos e para o funcionamento do governo. Afinal, falando, por exemplo, em recebíveis tributários, imposto é a principal fonte de receita do governo, que aloca recursos para os vários planos sociais, infraestrutura e serviços (SATU; ABEDIN; KHANOM; OUENNICHE; KAISER, 2021). Quando os devedores não cumprem com suas obrigações, ocorre uma diminuição na arrecadação de receitas, o que pode impactar negativamente as finanças públicas e dificultar a prestação de serviços essenciais à população.

Para garantir a cobrança dessas dívidas, os órgãos públicos têm mecanismos legais à disposição, como a inscrição do débito na dívida ativa, que confere à dívida um status legal mais robusto. Nas palavras de Oliveira e Santos (2014, p. 482), a “inscrição em dívida ativa representa, portanto, a consolidação da dívida tributária, daquele débito tributário perante a administração pública, que, pelo menos administrativamente, não mais poderá ser alterado.” E o mesmo pode ser dito sobre as dívidas ativas não tributárias. Eles continuam afirmando que essa consolidação é a inscrição em dívida ativa, que pressupõe a inclusão do débito consolidado no cadastro da administração. E concluem dizendo que esse cadastro da administração é, exatamente, a dívida ativa.

Além de garantir a justa arrecadação dos valores devidos ao Estado, a cobrança da dívida ativa também tem o objetivo de promover a igualdade entre os contribuintes, evitando que alguns se beneficiem da inadimplência enquanto outros cumprem com suas obrigações. Rossi e Santos (2016) afirmam que, neste sentido, manter um controle interno eficiente sobre os referidos créditos é de suma importância para garantir seus recebimentos e cultivar o sentimento de justiça fiscal aos “bons pagadores”. Dessa forma, a dívida ativa desempenha um papel fundamental na manutenção do equilíbrio fiscal e na promoção da justiça fiscal.

3. Método de Pesquisa

Como aponta Haguette (1987), o método de investigação é definido a partir das necessidades da pesquisa e, neste caso, a abordagem qualitativa é a que mais se adequa, pois como indica Flick (2008), se utilizou de estratégias indutivas. Quanto à natureza da pesquisa, está relacionada com seus objetivos e, classicamente, é rotulada como exploratória, descritiva ou explicativa (Gil, 2010). Assim, ao descrever as características de determinada população ou

fenômeno, observa, registra, analisa e correlaciona fatos ou fenômenos (variáveis) sem manipulá-los (Cervo; Bervian; Silva, 2007).

Ademais, trata-se de uma análise bibliográfica com método de pesquisa bibliométrico. Segundo Macias-Chapula (1998) a bibliometria é o estudo dos aspectos quantitativos da produção, disseminação e uso da informação já registrada. Dessa forma, a pesquisa foi realizada com o objetivo de identificar a produção científica sobre dívida ativa, identificando, dentre outros, os periódicos com mais publicações, anos de maiores produções e assuntos abordados.

Em relação aos procedimentos, inicialmente foi realizada uma pesquisa documental sobre artigos publicados tratando de procedimentos de inscrição em dívida ativa não tributária no âmbito de autarquias da administração indireta municipal, delimitada pelos seguintes critérios: (i) campo de pesquisa: qualquer campo; (ii) tipo de documento: artigo; (iii) período de publicação: últimos 10 anos e (iv) linguagem de publicação: qualquer idioma. Para isso, montou-se o seguinte quadro de palavras-chaves com seus correspondentes *strings* de busca:

Tabela 1. Palavras-chaves e *strings* de busca.

Palavra-chave	String de busca
inscrição	inscrição OR inscritos OR inscritas
dívida ativa	“dívida ativa”
não tributária	“não tributária”
autarquias da administração indireta	autarquia OR “administração indireta” OR entidade
municipal	municipal OR município OR municipais OR municípios
processo	procedimento OR processo OR “sequência de atividades”

Fonte: Elaboração própria

Os elementos da tabela acima resultaram na string de busca: (inscrição OR inscritos OR inscritas) AND “dívida ativa” AND “não tributária” AND (autarquia OR “administração indireta” OR entidade) AND (municipal OR município OR municipais OR municípios) AND (procedimento OR processo OR “sequência de atividades”).

Entretanto, o retorno em todas as bases pesquisadas foi de zero artigos. Dessa forma, entendeu-se que a pesquisa pela string seria muito restritiva, e após vários testes ampliando a abrangência por meio da combinação de trechos da string, como “dívida ativa” AND (“indireta” OR “autarquia” OR “entidade”), e retirada de elementos, a string de busca foi redefinida para “dívida ativa” AND “não tributária”, nas bases de dados Plataforma de Periódicos Capes, Scielo, Scopus e Web of Science.

Nesse caso, a única que retornou ocorrências foi a Plataforma de Periódicos Capes, com 11 resultados, dos quais 3 foram duplicados e 1 era editorial de revista, restando somente 7 artigos passíveis de análise.

Tal resultado mostrou-se ainda muito restrito, razão pela qual a pesquisa final de artigos foi, então, realizada por meio, somente, da string de busca “dívida ativa” ou o termo “active debt” para as bases em inglês, novamente nas mesmas bases de dados, mas alterando a delimitação do campo de pesquisa para título, resultando nos parâmetros resumidos no esquema da Figura 1.

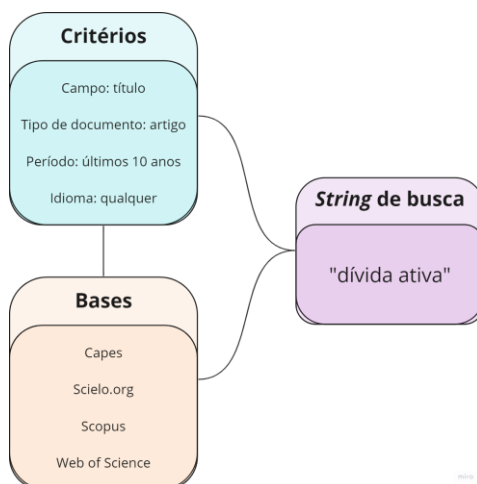


Figura 1. Parâmetros finais de busca.
Fonte: Elaboração própria.

Como resultado da etapa de busca, foram obtidos 15 resultados (dos quais 2 duplicados), todos da Plataforma Capes, visto que as demais retornaram 0 resultados. Dessa forma, os 2 artigos duplicados foram excluídos, e 13 artigos foram pré-selecionados para análise. Entretanto, num exame mais aprofundado do conteúdo, um deles não tratava dos temas buscados, sendo excluído nessa etapa. Assim, 12 artigos comporão o escopo final desta pesquisa para análise (Figura 2), que será detalhada na seção seguinte.

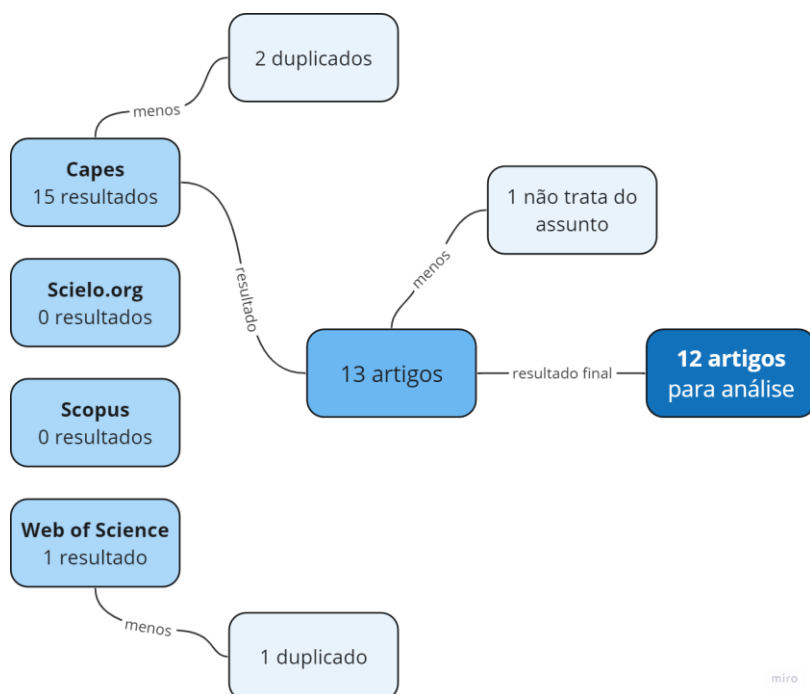


Figura 2. Artigos para análise.
Fonte: Elaboração própria.

A análise dos dados foi realizada por meio da tabulação dos artigos em uma planilha eletrônica elaborada no programa Microsoft Office Excel.

4. Análise dos Resultados

Este capítulo traz os resultados da análise bibliográfica dos artigos analisados acerca do tema dívida ativa. Inicialmente, o quadro 2 apresenta uma síntese dos estudos contidos na amostra final.

Tabela 2. Síntese dos artigos selecionados.

Título	Autores	Fonte	Periódico	Local do Periódico	Ano de Publicação
Dívida ativa de IPTU do Município de Uberlândia/MG: a região de residência influencia a inadimplência?	Bartasson Ferreira Rosa, Bruno; Pereira, Vinícius Silva;	CAPES	Revista de Administração, Ciências Contábeis e Sustentabilidade	PB	2023
Perfil e natureza contingente da dívida ativa previdenciária brasileira entre 2012 e 2020	Penedo, Antônio Sergio Torres	Almeida dos Santos, Grazielle;	Advances in Scientific and Applied Accounting	DF	2022
Nudges fiscais: a economia comportamental e o aprimoramento da cobrança da dívida ativa	Lima, Diana Vaz de; Driemeyer Wilbert, Marcelo	Feitosa, Gustavo Raposo Pereira;	Pensar	CE	2019
Securitização de Recebíveis: Uma avaliação de créditos tributários e dívida ativa no setor público brasileiro	Cruz, Antonia Camilly Gomes	de Castro, Kleber Pacheco; Afonso, José Roberto Rodrigues	Economic analysis of law review	DF	2018
O protesto extrajudicial como instrumento de recuperação de dívida ativa em contraposição à ação de execução fiscal	Dolfini, Carlos Renato; Beiruth, Aziz Xavier; Monte-mor, Danilo Soares	CAPES	Revista Ambiente Contábil	RN	2018
Uma discussão sobre a natureza contingente e o critério de reconhecimento da dívida ativa da União	Severo, Paterson da Rocha; Lima, Diana Vaz de	CAPES	Revista Ambiente Contábil	RN	2016
Peculiaridades da arrecadação e cobrança da dívida ativa na Administração Pública	Rossi, Gustavo Afonso Santi; Santos, Waldir Jorge Ladeira dos	CAPES	Revista Ambiente Contábil	RN	2016
O protesto extrajudicial de certidões de dívida ativa e a vedação de sanções políticas em matéria tributária: uma análise à luz da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça	Simini, Danilo Garnica; Vezzani, Camila Saran; Borges, Alexandre Walmott	CAPES	Revista do Direito Público	PR	2014
A decretação de atos de constrição patrimonial pela Fazenda Pública na cobrança da dívida ativa	Ribeiro Barbio Corrêa, Mariana	CAPES	REVISTA ELETRÔNICA DA PGE-RJ	RJ	2021
Diagnóstico e análise-crítica da dívida ativa do município de Salvador, e	Portella, André Alves; Borges, Mário Andrade	CAPES	Revista de Direito da Cidade	RJ	2018

propostas para o seu saneamento					
Benefício Previdenciário Indevidamente Recebido: Ação De Cobrança Versus Inscrição Na Dívida Ativa	Cavalcanti, Priscilla Raisa Mota	CAPES	Revista Jurídica	GO	2015
Dívida Ativa: análise da cobrança administrativa e judicial em Municípios do Rio de Janeiro	Oliveira, Marcello Sartore de; Santos, Waldir Jorge Ladeira dos	CAPES	Revista do Serviço Público	DF	2013

Fonte: Elaboração própria

A concentração dessas 12 publicações sobre o tema deu-se no Distrito Federal e no estado do Rio Grande do Norte (Gráfico 1), onde 3 artigos foram publicados no mesmo periódico (Gráfico 2). E, tratando do ano de publicação, nos últimos 10 anos, 2013 a 2023, apesar de o ano de 2023 conter artigos publicados apenas até maio, houve maior ocorrência de artigos sobre o assunto em 2018 e não houve publicações em 2017 e 2020 (Gráfico 3).

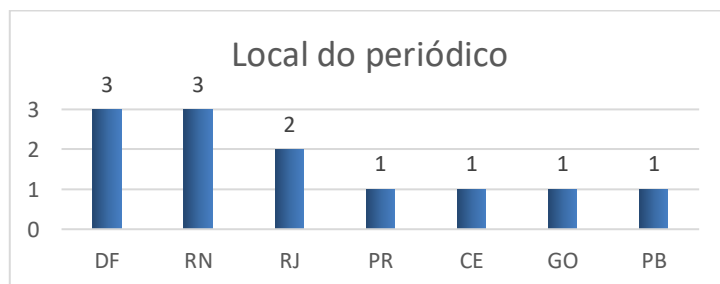


Gráfico 1. Local do periódico.
Fonte: Elaboração própria.

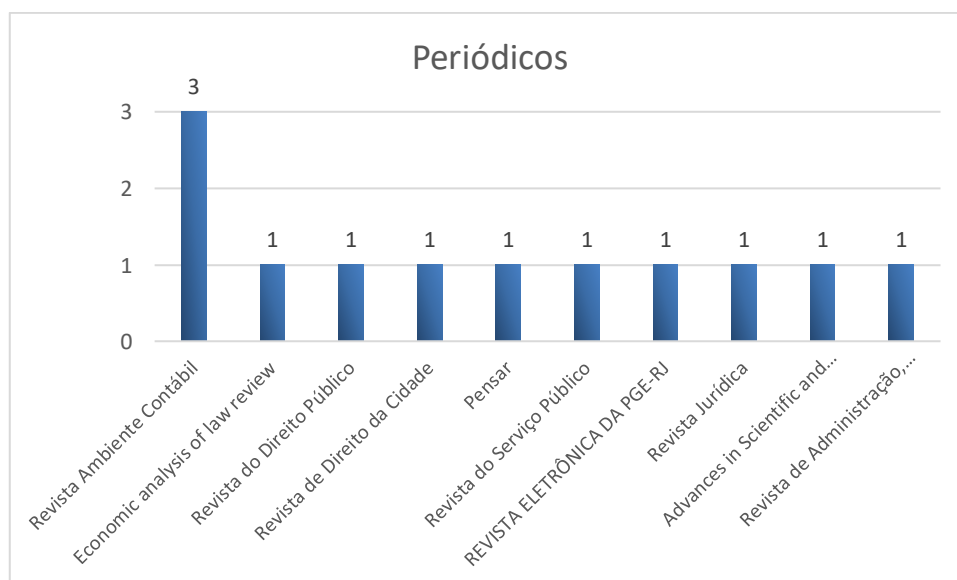


Gráfico 2. Periódicos das publicações.
Fonte: Elaboração própria.



Gráfico 3. Quantidade de publicações por ano.
Fonte: Elaboração própria.

No que diz respeito a assuntos abordados nos artigos (Gráfico 4), 7 deles trataram da baixa recuperabilidade dos valores inscritos em dívida ativa, mencionando questões como o aumento do estoque de dívida ativa ao longo dos anos nos entes trabalhados ou a natureza contingente dessas dívidas. Muitos apresentaram formas de aprimoramento da cobrança, seja por protesto extrajudicial, averbação pré-executória ou securitização de recebíveis, dentre outros. Já 4 artigos fizeram comentários sobre a baixa capacidade de cobrança do poder público, dentre outros temas destacados no gráfico a seguir.

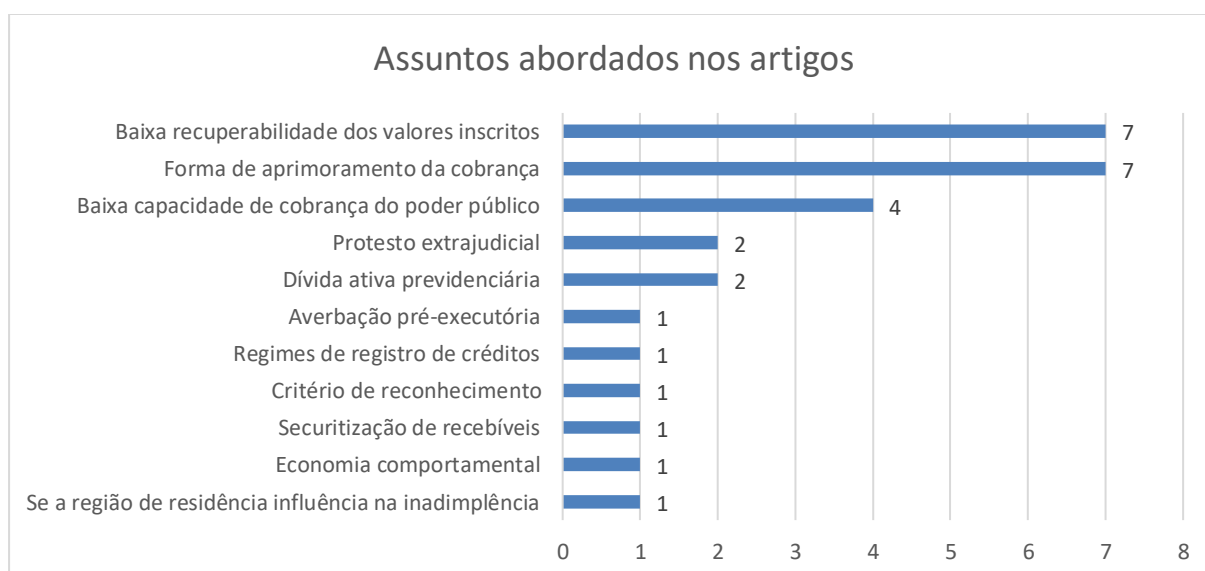


Gráfico 4. Assuntos abordados nos artigos.
Fonte: Elaboração própria.

Quanto à esfera abordada, a maioria dos artigos, 5, tratou da dívida ativa no contexto da União, 3 trataram do tema na esfera municipal e somente 1 na estadual. Já 3 artigos abordaram

o tema de forma ampla no que diz respeito à esfera, falando sobre o assunto sem restringi-lo a alguma das três esferas de poder (Gráfico 5).

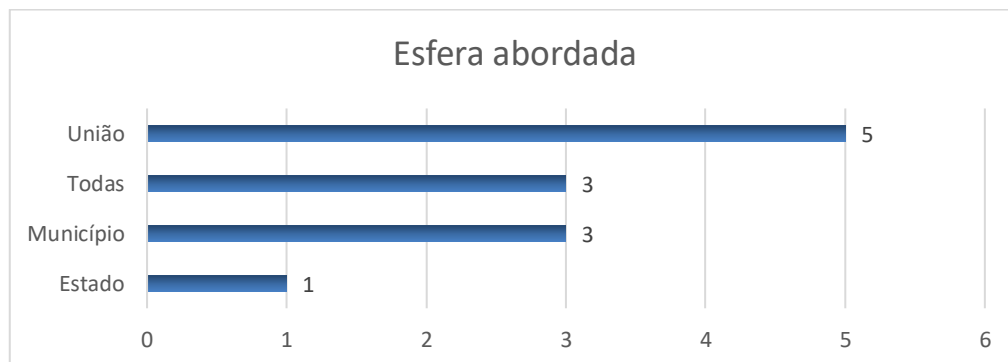


Gráfico 5. Esfera abordada nos artigos.
Fonte: Elaboração própria.

No que diz respeito ao tipo de dívida, se tributária ou não tributária, somente 1 artigo tratou exclusivamente de dívida ativa não tributária, enquanto 4 trataram especificamente da tributária. Já 7 artigos abordaram ambas conjuntamente (Gráfico 6).



Gráfico 6. Tipo de dívida abordada nos artigos.
Fonte: Elaboração própria.

Já quanto à administração abordada, se direta ou indireta, somente 1 artigo tratou exclusivamente da administração indireta, enquanto 3 trataram especificamente da direta e 8 artigos abordaram ambas conjuntamente (Gráfico 7).

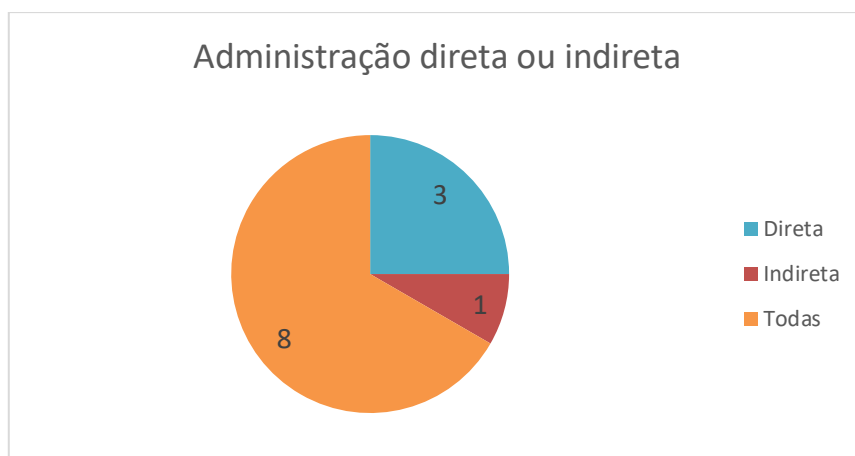


Gráfico 7. Administração abordada nos artigos.
Fonte: Elaboração própria.

Dos artigos analisados, 7 abordam de alguma forma, mesmo que superficialmente, o procedimento de inscrição em dívida ativa (Gráfico 8). No geral, esses artigos mencionaram o procedimento de inscrição existente, por vezes listando suas etapas. Um deles apresentou fluxograma, mas, no geral, os artigos não propuseram melhorias nos processos de inscrição.

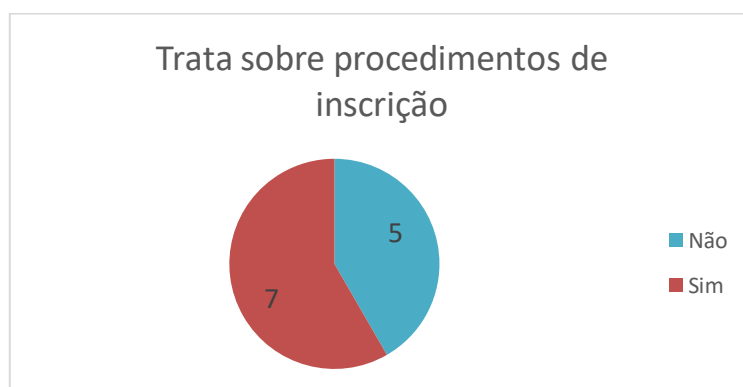


Gráfico 8. Se processo de inscrição é abordado no artigo.
Fonte: Elaboração própria.

Quando examinado quais publicações identificadas neste mapeamento trataram, então, de procedimento de inscrição de dívida ativa não tributária na administração indireta municipal, que seria a intenção inicial deste mapeamento sistemático de literatura, chegamos ao resultado de zero artigos.

Dessa forma, é possível perceber que a publicação, mesmo sobre o tema geral dívida ativa, é escassa e, quando se procura por algo mais específico, como a busca inicialmente tencionada, qual seja, artigos que tratem de procedimentos de inscrição em dívida ativa não tributária no âmbito de autarquias da administração indireta municipal, não há resultados. Assim, nota-se que há todo um campo de trabalho a ser investigado nesse tema.

5. Conclusões

O presente artigo teve como objetivo investigar a produção científica de artigos sobre dívida ativa. Para tanto, recorreu a uma análise bibliométrica, no período de 2013 a 2023, este

ano ainda em curso, com pesquisa nas bases de dados dos Periódicos Capes, Scielo, Scopus e Web of Science, obtendo resultados somente na primeira. Após aplicação de critérios de inclusão e exclusão, foram, então, selecionados e analisados 12 artigos publicados em periódicos.

Diante dos resultados encontrados foi possível constatar que quase não há produção científica sobre o tema e evidencia-se a necessidade de realizá-la. Como sugestões para estudos futuros apontamos aqueles voltados à revisão dos procedimentos utilizados para inscrição da dívida ativa não tributária, principalmente na administração indireta, visto serem os temas com menor ocorrência, na já escassa produção.

6. Referências

ALMEIDA DOS SANTOS, G.; LIMA, D. V. de; DRIEMEYER WILBERT, M. Perfil e natureza contingente da dívida ativa previdenciária brasileira entre 2012 e 2020. **Advances in Scientific and Applied Accounting**, v. 15, n. 3, p. 143-157, Set/Dez de 2022.

BARTASSON FERREIRA ROSA, B.; PEREIRA, V. S.; PENEDO, A. S. T. Dívida ativa de IPTU do Município de Uberlândia/MG: a região de residência influencia a inadimplência? **REUNIR Revista de Administração Contabilidade e Sustentabilidade**, [S. l.], v. 13, n. 1, p. 95-111, 2023.

BRASIL. **Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964**. Estatui normas gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. Diário Oficial da União, 23 de março de 1964, retificado em 09/04/1964 e retificado em 03/06/1964.

_____. **Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 – Código Tributário Nacional (CTN)**. Dispõe sobre o Sistema Tributário Nacional e institui normas gerais de direito tributário aplicáveis à União, Estados e Municípios. Diário Oficial da União, 31 de outubro de 1966 (retificado).

_____. **Lei nº 6.830, de 22 de setembro de 1980 – Lei de Execuções Fiscais (LEF)**. Dispõe sobre a cobrança judicial da Dívida Ativa da Fazenda Pública, e dá outras providências. Diário Oficial da União, 24 de setembro de 1980.

CASTRO, K. P.; AFONSO, J. R. R. Securitização de Recebíveis: Uma avaliação de créditos tributários e dívida ativa no setor público brasileiro. **Economic Analysis of Law Review**, v. 9, n. 2, p. 05-34, Mai/Ago de 2018.

CAVALCANTI, P. R. M. Benefício Previdenciário Indevidamente Recebido: Ação de Cobrança Versus Inscrição na Dívida Ativa. **Revista Jurídica**, v. 15, n. 25, v. 2, p. 90-110, Jul./Dez. de 2015.

CERVO, A. L.; BERVIAN, P. A.; SILVA, R. Elaboração e comunicação da pesquisa. In: CERVO, A. L.; BERVIAN, P. A.; SILVA, R. **Metodologia Científica**. 6. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007. cap. 6, p. 71-90.

DOLFINI, C. R.; BEIRUTH, A. X.; MONTE-MOR, D. S. O protesto extrajudicial como instrumento de recuperação de dívida ativa em contraposição à ação de execução fiscal. **Revista Ambiente Contábil**, v. 11, n. 1, p. 117–136, 2018.

FEITOSA, G. R. P.; CRUZ, A. C. G. Nudges fiscais: a economia comportamental e o aprimoramento da cobrança da dívida ativa. **Pensar-Revista de Ciências Jurídicas**, v. 24, n. 4, p. 1-16, out./dez. de 2019.

FLICK, U. **Uma introdução à pesquisa qualitativa**. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2008.

GIACOMONI, J. **Orçamento Público**. 18ª ed., rev. e atual. São Paulo: Atlas, 2022.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas. 2010.

HAGUETTE, T. M. F. **Metodologias qualitativas na sociologia**. Petrópolis: Vozes, 1987.

KOHAMA, H. **Contabilidade Pública: teoria e prática**. 10a ed. São Paulo: Atlas, 2006.

MACIAS-CHAPULA, C. A. O papel da informetria e da cienciometria e sua perspectiva nacional e internacional. **Ciências da Informação**, v. 27, n. 2, p. 134-140, 1998.

OLIVEIRA, M. S. de; SANTOS, W. J. L. dos. Dívida Ativa: análise da cobrança administrativa e judicial em Municípios do Rio de Janeiro. **Revista do Serviço Público**, [S. l.], v. 64, n. 4, p. 481-506, 2014.

PORTELLA, A.; BORGES, M. Diagnóstico e análise-crítica da dívida ativa do município de Salvador, e propostas para o seu saneamento. **Revista de Direito da Cidade**, v. 10, n. 3, p. 1422-1448, 2018.

QUEIROZ, C. M. de. Cessão de créditos tributários: a experiência de securitização da dívida ativa do Estado de Minas Gerais. **Cadernos de Finanças Públicas**, v. 20, n. 1, 18 maio 2020.

RIBEIRO BARBIO CORRÊA, M. A decretação de atos de constrição patrimonial pela Fazenda Pública na cobrança da dívida ativa. **Revista Eletrônica da PGE-RJ**, [S. l.], v. 4, n. Especial, 2021.

ROSSI, G. A. S.; SANTOS, W. J. L. dos. Peculiaridades da arrecadação e cobrança da dívida ativa na administração pública. **Revista Ambiente Contábil**, v. 8, n. 1, p. 205–225, 2016.

SATU, S.; ABEDIN, M. Z.; KHANOM, S.; OUENNICHE, J.; KAISER, S. Application of Feature Engineering with Classification Techniques to Enhance Corporate Tax Default Detection Performance. **Proceedings...** Proceedings of International Conference on Trends in Computational and Cognitive Engineering - TCCE 2020. Springer Singapore, 2021. p. 53-63, 2021.

SEVERO, P. da R.; LIMA, D. V. de. Uma discussão sobre a natureza contingente e o critério de reconhecimento da dívida ativa da União. **Revista Ambiente Contábil**, v. 8, n. 2, p. 213–232, 2016.

SIMINI, D. G.; VEZZANI, C. S.; BORGES, A. W. O protesto extrajudicial de certidões de dívida ativa e a vedação de sanções políticas em matéria tributária: uma análise à luz da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça. **Revista do Direito Público**, [S. l.], v. 9, n. 2, p. 63–92, 2014.